

Museu Arquidiocesano de Mariana: agente da civilização

Riler Barbosa Scarpati*

Resumo. Esta comunicação tem como objetivo suscitar a discussão de saber se a Fundação do Museu Arquidiocesano de Mariana, no ano de 1961, cujos debates já começam antes desta data, teve como objetivo servir de estratégia de difusão e reafirmação de identidade de determinada corrente do catolicismo brasileiro e mineiro. Algumas das concepções desta corrente estavam baseadas nas ideias de formação do povo e de difusão da civilização. Desta forma, procura-se articular como essa reafirmação de identidade dialoga com outras vertentes católicas existentes no período, tendo em vista que a fundação do museu, por iniciativa de Dom Oscar de Oliveira, ocorre paralelamente ao Concílio do Vaticano II (1962-1965), cuja recepção na Arquidiocese de Mariana ocorreu de maneira extremamente fragmentada por obra do próprio Dom Oscar de Oliveira. Sendo assim, o norte desse texto é a compreensão da função social do museu através do seu projeto museológico originário.

Palavras-chave: Museu, Arte Sacra, Arquidiocese de Mariana, Catolicismo, Concílio Vaticano II.

Archdiocesan Museum of Mariana: agent of civilization

Abstract. This communication aims to raise the discussion of whether the Archdiocesan Museum Foundation of Mariana, in 1961, whose discussions have begun before this date, aimed to serve as a strategy for dissemination and reaffirmation of identity of a particular stream of Brazilian Catholicism and mining. Some of this current conceptions were based on the ideas of the people training and diffusion of civilization. Thus, it seeks to articulate how this reaffirmation of identity Catholic dialogues with other strands existing in the period, with a view that the foundation of the museum, at the initiative of Archbishop Oscar de Oliveira, occurs parallel to Vatican Council II (1962-1965) whose reception in the Archdiocese of Mariana occurred in an extremely fragmented by the work of Archbishop Oscar Oliveira own. Thus, the north of this text is to understand the social function of the museum through its original design museum.

Keywords: Museum, Sacred Art, Archdiocese of Mariana, Catholicism, Vatican II.

Introdução

O Museu Arquidiocesano de Mariana é uma instituição particular, pertencente à Arquidiocese supracitada e se dedica a guardar, colecionar e expor obras e peças de arte sacra que se encontram em paróquias e igrejas da Arquidiocese. Ele foi fundado em

* Mestrando em História. Linhas de Pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia e Poder, Linguagens e Instituições. Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. E-mail: riler.scarpati@hotmail.com. Orientação: Prof. Dr^a Virgínia Buarque.

08/04/1961, data bicentenária da elevação de Mariana a primeira vila de Minas, por iniciativa do Arcebispo de Mariana Dom Oscar de Oliveira e inaugurado em 22/09/1962 por ocasião do Bicentenário do artista marianense e Barroco Mestre Manoel da Costa Athayde.

A instituição foi a terceira do gênero arte sacra no Brasil, sendo os Museus de Arte Sacra de São Paulo (fundado em 1907 e refundado em 1970) e o Museu da Bahia (fundado em 1959) os dois primeiros no país. Quando se diz que um museu é de arte sacra não significa que exista nele apenas este tipo de objeto, mas que em sua coleção prevalece a arte sacra.

Este texto tem como objetivo tentar compreender qual é a função social deste museu de arte sacra. É notório, pela documentação consultada que está recolhida no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (doravante denominado AEAM), que o Museu foi criado como uma instância para salvaguardar o patrimônio¹ da região - composto de peças, imagens e objetos - ameaçado pela ação de ladrões e pelo comércio ilegal de antiquários.

Em nossa opinião, para entender como se deu a criação do Museu Arquidiocesano em 1961 é preciso que recuemos ainda mais no tempo e voltemos à década de 1920 quando o então arcebispo de Mariana Dom Helvécio Gomes de Oliveira criou um primeiro Museu de arte sacra, denominado Museu de Arte e História antigas, também pertencente à arquidiocese de Mariana e fundado em 26/08/1926 e fechado no ano de 1944 por ocasião da inauguração do Museu da Inconfidência na cidade de Ouro Preto. Os objetos e peças deste primeiro museu foram doados² ao Museu da Inconfidência e compuseram maior parte de seu acervo inicial. (TRINDADE, 1958, p.65) Acreditamos que a experiência de fundação do primeiro museu, nos anos 1920, foi importante na criação do segundo museu, nos anos 1960.

¹ Pretendemos com o desenrolar da dissertação investigar que patrimônio é esse a ser salvaguardado e de que forma as reflexões sobre o tema feitas na Arquidiocese contribuíram para uma reflexão mais ampla acerca do tema.

² No livro *A sede do Museu da Inconfidência em Ouro Preto* (p.65), de 1958, o Cônego Raimundo Trindade, primeiro diretor do Museu da Inconfidência, diz que as peças foram *doadas* a esta instituição pela Arquidiocese de Mariana por iniciativa de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana na época. Entretanto, após essa data há uma série de documentos de párocos da arquidiocese afirmando que as peças foram *emprestadas* ao Museu da Inconfidência. Ver, por exemplo, Declaração de Padre Sidrac Vallarino, da Congregação dos Salesianos de Dom Bosco. Mariana. 17/09/1962. In: *AEAM*. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus. Já Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN fala em *aquisição* de peças para o Museu da Inconfidência. Ver Carta datilografada de Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN ao Cônego Trindade, diretor do Museu da Inconfidência. Rio de Janeiro. 30/06/1944. In: *AEAM*. Arquivo 5, Gaveta 2, Pasta 18: SPHAN Patrimônios.

Desta forma, este texto se divide em três momentos distintos: o primeiro é tentar entender como se deu a criação do primeiro museu por Dom Helvécio Gomes de Oliveira; o segundo é compreender a criação do segundo museu por Dom Oscar de Oliveira tendo em vista qual era a função social que ambos desempenhavam nos respectivos momentos históricos de suas criações. Por fim, argumenta-se que a despeito dos dois museus terem sido criados tendo como discurso a salvaguarda do patrimônio ameaçado, eles atuaram como agentes de determinada civilização católica que se queria defender e propagar.

1-A reação católica e a fundação do Museu Arquidiocesano de História e Arte em 1926

Quando iniciamos esta pesquisa ainda não sabíamos da existência desta primeira instituição fundada nos anos 1920. Quando tomei contato mais detido com a documentação, principalmente após a leitura do livro de Cônego Raimundo Trindade *A sede do Museu da Inconfidência de Ouro Preto*, primeiro diretor desta instituição, é que soube da sua existência. Juntamente com minha orientadora, prof^a. Virgínia Buarque, fomos tentar arrolar e coletar documentação sobre ele. Percebemos uma dificuldade grande de encontrar informações diretas sobre esta instituição de início do século XX, sendo a documentação consultada ainda bastante escassa. Uma das explicações pode vir da inexistência, até pelo menos 1926, de um órgão competente tanto a nível federal quanto estadual de preservação do patrimônio. Por outro lado, percebemos que já em 1926 circulava entre vários meios uma discussão a respeito da preservação do patrimônio, incluindo aí os padres de várias dioceses brasileiras, como o atesta uma carta do episcopado mineiro dando instruções de como lidar com o patrimônio artístico³, carta que tem como um dos mentores o Arcebispo de Mariana Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Surgiu da descoberta desse primeiro museu uma questão que ora nos propomos a responder: qual teria sido o motivo de sua criação e em que medida podemos relacionar a experiência de sua existência com a criação do segundo Museu Arquidiocesano de Mariana, em 1961 pelo arcebispo de Mariana Dom Oscar de Oliveira.

O primeiro passo na busca de uma resposta, ainda que parcial, é investigar as transformações da Igreja Católica no Brasil. Desde meados do século XIX, havia uma

³ Posteriormente, analisaremos o teor dessa carta.

linha centralizadora da Igreja Católica que, frente aos ataques do liberalismo e da modernidade, procura a negação do mundo e adere a um isolamento crescente. Este movimento tornou-se conhecido como Ultramontanismo. No Brasil, com o advento da República, a Igreja Católica buscou caminhos próprios para sua afirmação diante do Estado e da Sociedade, não desejando, como o fazia a Igreja Europeia, a restauração da aliança entre o trono e o altar (CALDEIRA, 2011, p. 244). Diante da crise político-social da Primeira República (como a corrupção e o descrédito), a Igreja propõe uma reação de cunho religioso-moral, um projeto de intervenção no público, embora não de forma partidária, sequer governamental. Para fazê-lo, a atuação no campo cultural mostrava-se imprescindível, mas era uma atuação voltada para as camadas médias urbanas e para as elites, uma vez que a maioria da população estava excluída do sistema educacional, através, sobretudo, da imprensa. (CALDEIRA, 2011, p. 244-245).

Na década de 1920, com D. Sebastião Leme (1921-42) na liderança da hierarquia católica, o pensamento da Igreja Católica brasileira se alia, inicialmente, ao do Papa. Suas preocupações são luta contra o comunismo, os protestantes, os espíritas e a mentalidade laicizante. A Igreja se torna docente, assume função professoral frente aos alunos ou fiéis. Contudo, isso distanciou o catolicismo das expressões religiosas populares. Preocupava-se em ensinar doutrina e princípios católicos. A ação de D. Leme tem caráter disciplinador, intelectualista e jurídico. O povo era tachado de ignorante religiosamente (DELGADO; PASSOS, 2007, p.99-100).

Também Gizele Zanotto mostrou que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um esforço da hierarquia eclesiástica em impulsionar uma recristianização da sociedade. Essa recatolização, extremamente elitista, era considerada atividade a ser desempenhada pelo clero católico que se utilizando de jornais, revistas, livros e associações literárias deveriam ser difusores dos benefícios da religião em suas respectivas localidades de atuação (ZANOTTO, 2012, p. 37)

Acreditamos que Dom Helvécio Gomes de Oliveira ao tomar a iniciativa de fundar, em 29/08/1926, o Museu Arquidiocesano de História e de Arte Antigas era participante desse movimento de recatolização e que a instituição era uma das formas por ele encontrada de contribuir com o movimento de difusão dos benefícios do catolicismo. Mas também que ao tomar a iniciativa de fundar a instituição, Dom Helvécio era importante participante dos debates acerca da preservação do patrimônio.

Em 1926, apesar de não haver órgãos de defesa do patrimônio ligados ao poder

público em níveis federal e estadual, havia toda uma discussão em torno da salvaguarda do patrimônio. Fazendo uma rápida cronologia dessa discussão temos em já em 1916, o descobrimento do Barroco por Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando perceberam a necessidade de proteger este patrimônio colonial. Alceu Amoroso Lima, em matéria publicada na “Revista do Brasil” edição de setembro/outubro de 1916, (“Pelo passado nacional”) alertava sobre a necessidade de preservar o patrimônio das antigas cidades coloniais mineiras então em situação deplorável devido à descaracterização e ruína. Nos anos 1920, há uma série de projetos de lei, todos sem sucesso, no sentido de salvar o patrimônio nacional⁴. Neste debate, o episcopado mineiro assume importante papel como o mostra a Carta Pastoral de 1926, assinada pelo episcopado mineiro, e também por Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Nela, observa-se que já no interior da Igreja Católica havia toda uma reflexão acerca da preservação do patrimônio artístico. Primeiro, o episcopado enuncia uma série de obras e artistas que ao longo do tempo fizeram da Igreja uma instituição que privilegiou a arte. Posteriormente, nota-se que eles descrevem como ao longo da história a Igreja foi tomando medidas em prol da defesa do patrimônio. Em 1907, uma epistola do Cardeal Nery de Val, ordenada por Pio X e reproduzida na Carta Pastoral do episcopado mineiro, aos bispos da Itália indicava medidas a serem tomadas em relação aos arquivos, monumentos e objetos artísticos. Lê-se que se queria a instalação de

1ª: A constituição pelo Ordinário de um Commissariado permanente diocesano para os documentos e monumentos sobre a guarda do clero, afim de assegurar e melhorar a conservação dessas coisas.

2ª: A redacção, pelo Commissariado, dum Catologo simples (...) dos monumentos e objetos artisticos sob a guarda do clero diocesano. (...)

4ª: Continua vigilância do Commissariado para que o clero diocesano execute escrupulosamente a dita conservação; no caso de alguma deficiência, advertir o responsável, e, sendo preciso, apresentar o recurso e os motivos delle ao Ordinário, que não deixara de se informar e dar, com urgência, as providencias. Por ocasião da visita Pastoral o Ordinário verificara o estado das coisas a que se refere a Circular, e dará aviso ao Commissariado para oportunas disposições. (CARTA PASTORAL, 1926, p.389-390).

Além do mais, e como forma de demonstrar mais uma vez a influência do

⁴ Citamos o Projeto do Deputado Luiz Cedro, de 1923, o Esboço de anteprojeto de lei federal do jurista Jair Lins na qualidade de relator da Comissão designada em julho de 1925 pelo presidente Mello Vianna, do estado de Minas Gerais, Projeto de Deputado José Wanderley de Araújo Pinho, s.d. In: BRASIL. Ministério da Cultura. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Pró-memória, 1980. P.61-88.

pensamento católico nos debates em torno da defesa do patrimônio, temos que na inauguração do museu estavam figuras de peso na época como Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e defensor da linha mais tradicionalista⁵ de defesa do patrimônio, o que nos supor certo contato e circulação de ideias entre as pessoas que tomavam iniciativa na área museológica no país.

Como mencionado, a salvaguarda do patrimônio era a principal função social a que o Museu se propunha. O patrimônio artístico da arquidiocese era alvo de ladrões e da ação de antiquários⁶. Em carta do arcebispo de Mariana ao Sr. Lúcio dos Santos, ele explica as razões que o levaram a fundar a entidade

Com o propósito de se resguardar do risco certo de se perder o que, no nosso já bastante defraudado patrimônio sacro, ainda nos resta de valor artístico ou histórico, resolvi fundar nesta tradicional Cidade, um museu de arte religiosa.⁷

Entretanto, parece que mesmo após a criação do museu, a ação de ladrões permaneceu preocupando a Arquidiocese de Mariana, como o demonstra a carta do Padre José Barreto a Arquidiocese, onde ele informava da existência de um roubo ocorrido na localidade de Ponte Nova (Paróquia de São Sebastião). Nela, lê-se que foram roubados “as duas ambulas, duas caixas com Hostia, e respectiva lunêta e ainda a tampa de metal do purificadorio”⁸. Acreditamos que essa experiência de fundação foi muito útil a Dom Oscar de Oliveira na fundação do Museu Arquidiocesano de Mariana. Entretanto, foge do objetivo desse artigo investigar as razões do fim deste primeiro museu e a “doação” do seu acervo ao Museu da Inconfidência.

3-Os anos de 1960 e a fundação do Museu Arquidiocesano de Mariana por Dom Oscar de Oliveira

Durante os anos primeiros anos da década 1960, a sociedade brasileira assiste a um fenômeno de polarização das posições políticas. Grosso modo, diríamos que os

⁵ As chamadas correntes tradicionalistas desde a década de 1910 já propunham políticas de defesa do patrimônio, mas neste trabalho tomamos como ponto de partida o momento em que o Estado brasileiro cria uma primeira política cultural nacional de defesa e proteção do patrimônio, o que só acontece na Ditadura do Estado Novo. Ver JULIÃO, L. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Tese (doutorado em História) apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008. P.71.

⁶ A ação de ladrões e o risco da perda provocado pela ação de antiquários em Minas Gerais também foram abordados por Letícia Julião In: *Op. Cit.*, P.200.

⁷ Carta (datilografada) de D. Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana ao Exmo. Sr. Lúcio dos Santos. (cópia). Mariana. 03/03/1938. In: *AEAM*. Arquivo 5, Gaveta 2, Pasta 19: Museu de Arte sacra.

⁸ Carta (datilografada) do Padre José Barreto ao Exmo. e Revmo. Sr. Vigário Geral da Archidiocese de Marianna. Ponte Nova. 25/09/1940. In: *AEAM*, Arquivo 5, Gaveta 2, Pasta 19: Museu de arte sacra.

grupos envolvidos dividiam-se em direitas e esquerdas⁹. De um lado, UNE, ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes populares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas. De outro, a ESG, proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares ligados primordialmente a UDN, investidores internacionais, setores expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica. (OP. CIT., p.102-104)

Aos fatores de ordem externa que desencadearam mudanças no catolicismo brasileiro somam-se os de ordem interna, já que a Igreja Católica também não ficou imune a esse processo. Surge já nos anos 1950 e se desenvolve nos anos 1960 uma nova corrente no interior da instituição. Expressa pela ideia de catolicismo militante, este novo movimento no quadro religioso pregava aproximação das camadas populares e grupos ligados às transformações sociais. A Igreja não atuava apenas no nível institucional, mas também na própria realidade social. Nem por isso, podemos afirmar que toda a Igreja está envolvida nesse processo: são setores, grupos, alas. (OP. CIT., p. 97-98)

Completando esse movimento interno, temos que

a década entre a morte de Pio XII (1958) e a fundação de *Permanência* (1968) foi uma espécie de fronteira cultural, na qual as representações tradicionais da ordem foram definitivamente superadas pelo universo simbólico pluralista, com sua retórica humanista. Era posta em dúvida, a condição da Igreja de mentora da Civilização e tutora da consciência moral ocidental; não só quanto aos conteúdos e os métodos de sua pedagogia, mas quanto ao significado de sua autoridade, o que abalava seu prestígio e mesmo suas credenciais para integrar o debate contemporâneo. (BARCELLOS, 2011, p. 2).

No caso da arquidiocese de Mariana, a primaz de Minas, como gostava de frisar seu arcebispo Dom Oscar de Oliveira, o impacto dessas novas ideias do Catolicismo e do Concílio Vaticano II foi mediado por esse eclesiástico. Assumindo a função de filtrar essas novas ideias e divulgá-las aos seus fiéis através do jornal *O Arquidiocesano*, Dom Oscar de Oliveira, que participou ativamente do Concílio, fragmentou a recepção e selecionou aspectos deste evento. (Silveira, 2009). A Arquidiocese de Mariana era considerada conservadora e as palavras de Dom Oscar sobre ela vão nessa direção “‘nimbo de pureza e santidade’, berço que originou um povo catolicíssimo, apegado à

⁹ Usamos os conceitos de direita e esquerda no plural por acreditarmos que em cada termo agrupam-se posições, lideranças e forças diversas, das mais moderadas às mais radicais. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois* (1964-2004). 1a ed. Bauru: EDUSC, 2004, p. 32.

tradição e aos ‘valores patriarcais’ e que se mantinha ligada aos princípios da moralidade e da fé”. (DOM OSCAR DE OLIVEIRA apud SILVEIRA, 2009, p. 94) Ao comentar este aspecto, Diego Omar da Silveira diz que

a recepção se deu através de discursos e práticas fragmentados, que aliam dinâmicas temporais distintas e diversas chaves teológicas operando, simultaneamente, na leitura de mundo do arcebispo. Mas é importante notar que essa leitura não se restringe ao sujeito, e, no caso do arcebispo, é constantemente extrapolada para os demais membros da hierarquia eclesial que estão ao seu redor mais ainda para os leigos. (...) Cremos que é essa recepção fragmentada que permite destacar no conjunto do Vaticano II os elementos que o bispado pensa serem fundamentais para uma apreensão verdadeira do Concílio, tido como aprofundamento dos trabalhos dos padres reunidos nos concílios de Trento (1545-1563) e Vaticano I (1869-1870). (SILVEIRA, 2009, p. 24).

Se nos anos de 1920, quando Dom Helvécio Gomes de Oliveira fundou o Museu de História e Arte Antigas na Arquidiocese de Mariana, a preocupação parecia ser a da salvaguarda do patrimônio e a Arquidiocese imbuída desse projeto civilizador, acreditamos que a criação do Museu Arquidiocesano de Mariana por Dom Oscar de Oliveira em 1961 também compartilha dessa ideia de salvaguarda do patrimônio, como um dos aspectos da missão civilizatória.

Conforme demonstramos acima, o roubo de peças de arte sacra das igrejas pertencentes à Arquidiocese parece ter sido uma tônica mesmo após a criação do Museu de História e Arte Antigas em 1926. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, a Arquidiocese começa a tomar outras medidas no sentido de evitar cada vez mais essa perda. A primeira delas parece ser a feitura de um inventário das peças pertencentes à Arquidiocese, como sugestão do DPHAN¹⁰. O inventário “sumamente técnico” visava a fazer uma descrição pormenorizada de cada peça, “de modo a tipificá-la e identificá-la”, além de contar com fotografias de peças consideradas mais importantes. Em outra carta, do Padre José Velloso ao Cônego Pedro Terra, faz-se referência a roubos acontecidos nas Igrejas de São José e Mercês e Perdões, no mês de abril de 1961, e em junho, nas Igrejas São Francisco de Paula e na matriz do Antônio Dias¹¹. Mais uma vez, sugere-se que a confecção do inventário das peças seria de grande valia “Acho, pois, de alguma

¹⁰ Carta (datilografada) do diretor do Museu da Inconfidência Orlandino Seitas Fernandes ao Excelentíssimo Reverendíssimo Sr. Arcebispo de Mariana Dom Oscar de Oliveira. Ouro Preto. 19/01/1961. In: *AEAM*. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

¹¹ Carta (original manuscrita) do Padre José Velloso ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Cônego Pedro Terra, chanceler do arcebispado de Mariana. Ouro Preto. 15/10/1961. In: *AEAM*. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

validade a organização de fichário que o Patrimônio pretende fazer, sobretudo ao ter em vista o gde interesse que tornou-se, qdo dos furtos a que me referi”. Tal cooperação no sentido de inventariar as peças parece mesmo ter gerado frutos conforme outra carta do Cônego Pedro Terra a Orlandino Seitas, então diretor do Museu da Inconfidência¹².

Após a fundação, Dom Oscar de Oliveira recebe inúmeras correspondências de leigos e padres felicitando sua grande iniciativa, alguns até sugerindo atitudes e procedimentos a serem tomados para a instituição. Também fica claro em parte da correspondência que algumas pessoas, não necessariamente pertencentes aos quadros da Igreja, compartilham dessa função civilizatória, de formação das pessoas que o museu se proponha. Neste sentido, merece destaque a carta de Sérgio D. T. Macedo a Dom Oscar de Oliveira. Em suas palavras

Seu museu poderia, com o tempo, realizar conferências, cursos, editar trabalhos ou monografias de divulgação sobre Arte e História brasileira, atraindo gente de toda parte, inclusive do estrangeiro (...) todavia, jamais deverá perder o encanto bucólico que apresenta, inclusive com os pitorescos burrinhos carregadores de lenha.¹³

Na solenidade de inauguração do museu, uma festa com duração de três dias (20 a 22 de setembro de 1962), em uma conferência proferida pelo professor Carlos Del Negro da Universidade do Brasil ficava clara a função da instituição de salvaguardar o patrimônio

não podemos manter-nos alheios à dilapidação desse espólio. Sua preservação é compromisso de nosso instinto de sobrevivência histórica. E se incorpora às dimensões de nossa presença no universo cultural das nações, definindo nossa vocação humanística.¹⁴

Junto à salvaguarda, Del Negro expõe a missão civilizatória que a Igreja Católica assumia ao fundar uma instituição como o museu

Templos, igrejas, monumentos religiosos e cívicos, peças de arte sacra, imagens de nosso culto católico, relíquias de nossa história cristã são os testemunhos mais permanentes da grande obra civilizadora realizada em nosso país. (...) Os bens culturais, herança de nossos antepassados, configuram a própria soberania da nação. (IDEM)

¹²Carta do Cônego Pedro Terra, chanceler do arcebispado de Mariana ao diretor do Museu da Inconfidência Sr. Orlandino Fernandes Seitas. Mariana. 26/10/1961. In: *AEAM*. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

¹³ Carta (datilografada) de Sérgio D.T. Macedo ao arcebispo Dom Oscar de Oliveira. Rio de Janeiro. 03/05/1962. In: *AEAM*. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

¹⁴ DEL NEGRO, Carlos. Bicentenário de Nascimento do Pintor Manoel da Costa Ataíde. (Conferência). Mariana. 22/09/1962. In: *AEAM*. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

Conclusão

Caberia a nós a pergunta: se tanto nos anos de 1920 (fundação do primeiro museu por Dom Helvécio Gomes de Oliveira) quanto nos anos 1960 (fundação do segundo museu por Dom Oscar de Oliveira) a justificativa para a fundação destas instituições é a mesma, ou seja, a salvaguarda do patrimônio, fundar novamente um museu nos anos de 1960 não seria um anacronismo?

Em nossa opinião, não. Apesar de terem projetos museológicos parecidos, com função social semelhante (a de salvaguardar o patrimônio e este patrimônio é parte da identidade¹⁵ católica que se queria reafirmar) seu uso político¹⁶ é diferenciado. Uso diferenciado porque, se nos anos 1920, o catolicismo brasileiro estava marcado pela reação frente aos desafios que a modernidade colocava, principalmente com relação à mentalidade laicizante, nos anos 1960 o desafio se tornava outro. A Igreja Católica era questionada em sua missão civilizatória, em seu caráter didático, professoral e, por que não, elitista. A nova corrente que surgia no interior do catolicismo preocupava-se muito mais com a vida cotidiana das pessoas, com os problemas de ordem prática que elas enfrentavam no dia-dia e com as injustiças derivadas desse quadro. Por isso, a criação do museu era fruto de uma reação conservadora da Arquidiocese frente a esses novos problemas colocados por parte do catolicismo. Tanto conservador que Dom Oscar de Oliveira, além de filtrar e fragmentar a recepção das novas ideias para os fiéis da Arquidiocese, busca no Museu, cuja matriz remonta ao século XIX, uma forma de reafirmar determinados princípios que ele queria defender. Ele assume uma função de se aferrar ao antigo, uma opção pessoal dele, já que falamos de um homem de letras. Não se tratava de uma nostalgia frente a um passado que já se perdeu, mas uma reação clara frente a novos desafios que eram colocados seguidamente ao intelectual católico.

Desta forma, entender de maneira mais aprofundada qual era esse projeto civilizatório, qual patrimônio era esse que se defendia, qual a relação entre a defesa do patrimônio sacro e a defesa do patrimônio que se pensava em níveis estatais a partir dos anos 1930, o cruzamento de outras fontes que não sejam apenas estas “oficiais” aqui

¹⁵ Foge aos objetivos deste texto discutir as problemáticas referentes ao conceito de identidade, bem como se podemos falar em identidade no âmbito religioso. Pretendemos desenvolver em outro espaço esta problemática.

¹⁶ A noção de uso político é bastante complexa. Remetemos ao trabalho de Eduardo Devés-Valdés que faz importantes indagações sobre o que se quer dizer com a noção de uso político. DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. “Memoria y dictadura. Memoria y violencia: los usos del pasado. La violencia en el Bicentenario de las independencias.” Intervención realizada en la Mesa Redonda: “Memoria y política: los usos del pasado” en el marco del *XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO*, realizado entre los días 19 y 23 de Julio de 2010.

tratadas (principalmente a análise de matérias de jornal publicadas sobre o museu que já estão arroladas e sobre nossa posse) e como se deu a construção dessa memória em torno da Arquidiocese e da cidade de Mariana são os próximos passos da pesquisa.

Referências

BARCELLOS, Marcos Cotrim de. Gustavo Corção: ‘a ordem passada a limpo’. Trabalho apresentado no *XII Simpósio da ABHR*, 31/05 – 03/06 de 2011, Juiz de Fora (MG), GT 06: História da Igreja católica no Brasil: da reforma católica ultramontana ao processo de neocristandade (1840-1952).

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O catolicismo militante em Minas Gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, nº10, maio 2011, p.233-278.

Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926.

DELGADO, L.A.N & PASSOS, M. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v.4). P.93-132.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. “Memoria y dictadura. Memoria y violencia: los usos del pasado. La violencia en el Bicentenario de las independencias.” Intervención realizada en la Mesa Redonda: “Memoria y política: los usos del pasado” en el marco del XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, realizado entre los días 19 y 23 de Julio de 2010.

JULIÃO, L. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Tese (doutorado em História) apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. 1ª ed. Bauru: EDUSC, 2004, p. 29-52.

SILVEIRA, Diego Omar. *Sacerdos Magnus: Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)*. Dissertação (Mestrado em História). Mariana: UFOP, 2009.

ZANOTTO, Gizele. TFP – *Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

Fontes

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

Séries: Museu de Arte Sacra, Correspondência com o Clero Marianense,

Correspondência Ativa e Passiva com Monsenhor Trindade, Correspondência com Leigos e Museus.

BRASIL. Ministério da Cultura. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-memória, 1980.

Carta (datilografada) de Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN ao Cônego Trindade, diretor do Museu da Inconfidência. Rio de Janeiro. 30/06/1944. In: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Arquivo 5, Gaveta 2, Pasta 18: SPHAN Patrimônios.

Carta (datilografada) de D. Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana ao Exmo. Sr. Lúcio dos Santos. (cópia). Mariana. 03/03/1938. In: AEAM. Arquivo 5, Gaveta 2, Pasta 19: Museu de Arte sacra.

Carta (datilografada) do diretor do Museu da Inconfidência Orlandino Seitas Fernandes ao Excelentíssimo Reverendíssimo Sr. Arcebispo de Mariana Dom Oscar de Oliveira. Ouro Preto. 19/01/1961. In: AEAM. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

Carta (original manuscrita) do Padre José Velloso ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Cônego Pedro Terra, chanceler do arcebispado de Mariana. Ouro Preto. 15/10/1961. In: AEAM. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

Carta (datilografada) do Cônego Pedro Terra, chanceler do arcebispado de Mariana ao diretor do Museu da Inconfidência Sr. Orlandino Fernandes Seitas. Mariana. 26/10/1961. In: AEAM. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

Carta (datilografada) de Sérgio D.T. Macedo ao arcebispo Dom Oscar de Oliveira. Rio de Janeiro. 03/05/1962. In: AEAM. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

Carta Pastoral do episcopado mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o Patrimônio Artístico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926.

Declaração de Padre Sidrac Vallarino, da Congregação dos Salesianos de Dom Bosco. Mariana. 17/09/1962. In: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

DEL NEGRO, Carlos. Bicentenário de Nascimento do Pintor Manoel da Costa Ataíde. (Conferência). Mariana. 22/09/1962. In: AEAM. Arquivo 6, Gaveta 2, Pasta 20: Museus.

TRINDADE, Raimundo (cônego). A sede do Museu da Inconfidência em Ouro Preto. São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 65, 1958.